

EDUCAÇÃO POPULAR E MEIO AMBIENTE: diálogos com populações tradicionais amazônicas

Valéria Oliveira de Vasconcelos*
Cristiano Tierno de Siqueira**
Raquel Santos***
Marcelo Salazar****
Jeferson Straatmann*****
Leticia Neves*****
Allan Ribeiro dos Reis*****
Patrícia Greco Campos*****

RESUMO

O presente trabalho trata de uma experiência de consultoria cujos objetivos eram o cadastramento dos moradores, o diagnóstico sócio-econômico e a formação dos Conselhos Deliberativos de duas Unidades de Conservação localizadas na Terra do Meio, região da Amazônia paraense. A Educação Popular e a metodologia freiriana de alfabetização de adultos serviram como suporte às atividades desenvolvidas. Esse processo, que teve como princípios o diálogo e a participação comunitários, favoreceu a valorização da cultural tradicional – e por conseguinte do meio ambiente –, além de uma compreensão mais protagonista e crítica de sua própria realidade. As experiências descritas podem servir como parâmetros para atuações com populações tradicionais, residentes ou não em áreas protegidas. É importante alertar, entretanto, que os problemas aqui diagnosticados são regionais e, portanto, as propostas para seu enfrentamento foram compreendidas dentro de suas especificidades e idiossincrasias.

Palavras-Chave: Educação Popular, Meio Ambiente, Populações Tradicionais, Alfabetização de Adultos.

* Doutora em Educação. Universidade de Uberaba\MG (UNIUBE). valvasc2003@yahoo.com.br.

** Mestre em Educação. Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia (NAPRA). cristianoitierno@uol.com.br.

*** Mestranda em Ecologia. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). quel_san@yahoo.com.br.

**** Engenheiro de produção. Instituto Socioambiental (ISA). marcelosalazar@socioambiental.org.br.

***** Doutorando em Engenharia de produção. Universidade de São Paulo (USP). jstraatmann@gmail.com.

***** Doutoranda em Arquitetura. UNICAMP. leneves@gmail.com.

***** Engenheiro Mecatrônico. EMBRAPA. kalllango@yahoo.com.br.

***** Bióloga. Analista ambiental Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. pat_biologa@gmail.com.

ABSTRACT

Popular Education and Environment: Dialogues with Traditional Populations in the Amazon Region

This paper aims at describing an experience in consulting whose objectives were the census of the dwellers, the socio-economic diagnosis and the creation of the Deliberative Councils in two Conservation Units located in Terra do Meio, Pará, in the Amazon region. Popular Education and Freire's methodology applied to literacy programs for adults formed the bases for the tasks that were carried out. This process used some principles, such as communitarian dialogue and participation, and valued the traditional culture – consequently, the environment –, besides favoring a more participative and critical understanding of the reality. The experiences that were described can be used as parameters to work with traditional populations that live/don't live in conservation areas. However, it is important to point out that the problems this research diagnosed are regional. Therefore, the proposals presented to face them were considered according to their specificity and idiosyncrasy.

Keywords: Popular Education; Environment; Traditional Population; Literacy Programs for Adults.

DE ONDE SE FALA?

A Terra do Meio, situada no sudoeste do estado do Pará, no interflúvio Xingu – Iriri, representa 6% das terras do estado e abrange 38,62% de Altamira, 19,25% de São Félix do Xingu e uma pequena porção de Trairão, municípios que se desenvolveram ao longo das rodovias *BR 163* – Cuiabá-Santarém – e da *BR 230* – Transamazônica (VELÁSQUEZ et al., 2006).

Do ponto de vista ecológico, a área compreende um conjunto de diferentes ecossistemas, desde o cerrado e florestas de transição até a floresta densa; abriga numerosas espécies animais e as maiores concentrações remanescentes de mogno (*Swietenia macrophylla*) no Brasil; apresenta um alto nível de endemismo e muitas espécies de fauna e flora raras ou ameaçadas de extinção, dentre outros elementos da biodiversidade ainda desconhecidos. Por esse motivo, na porção oriental da Amazônia, constitui-se a área de maior relevância para a conservação da biodiversidade (MMA/DISAM/CNPT, 2006).

Se, por um lado, a extensa e rica rede de rios e igarapés que atravessa a região proporciona ecossistemas únicos, por outro, favorece a exploração pontual de seus interiores, onde se localizam jazidas

minerais, principalmente de ouro e estanho, e áreas de concentração do mogno.

As ameaças ao ecossistema e às populações tradicionais da Terra do Meio são muitas. Em primeiro lugar estão a exploração madeireira e a pecuária, principais forças de desmatamento nas fronteiras dessa região.

A agricultura sojeira, por sua vez, não está isenta de representar uma ameaça futura na área. Muitos pecuaristas estão começando a vender suas fazendas e migrando no sentido do “arco do desmatamento”¹, destruindo novas áreas de floresta.

A grilagem representa outra pressão na região. De acordo com um mapa desenhado nos anos 1980, 21 concessões individuais de seringais foram subdivididas ou vendidas. Uma investigação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) constatou que uma área total de 160 mil quilômetros quadrados no papel é suspeita de ser ilegal.

A invasão e a exploração de terras representam, ainda, uma grave afronta aos direitos humanos, seja pela expulsão, morte ou escravização das populações tradicionais, seja pelo assassinato de lideranças sindicais e de seus defensores –37 nos últimos anos – bem como outros assassinatos relacionados à disputa pela terra e pelo mogno (GREENPEACE, 2003).

Todo o conflito se agrava pelo fato de os órgãos federais e estaduais, responsáveis pela aplicação da lei, conviverem com orçamentos insuficientes, quadros mal formados e práticas de corrupção.

Em 2002, após a morte da missionária americana Dorothy Stang, colocou-se em prática uma série de medidas para a proteção da Terra do Meio, as quais já vinham sendo reivindicadas por movimentos sociais do Pará desde 1990.

Após diversas medidas visando à elaboração de estratégias para o ordenamento territorial regional, calcado em zoneamentos agroecológicos e econômicos com perspectiva de desenvolvimento sustentável, deu-se início, em 2005, a implantação de um mosaico de áreas protegidas na Terra do Meio. Além de terras indígenas, esse mosaico inclui Unidades de Conservação (UC), como um Parque Nacional, uma Estação Ecológica (ESEC), Florestas Nacionais (FLONAs) e Reservas Extrativistas (RESEX).

1 Denominação dada à extensa faixa da Amazônia meridional e oriental (Mato Grosso, Tocantins e Pará) -que vem sofrendo desmatamento intenso com a expansão do agronegócio.

A criação de Unidades de Conservação é uma estratégia do Governo Federal para preservar os recursos naturais e a diversidade biológica. Através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – Lei 9985, de julho de 2000 –, as UCs foram categorizadas em Unidades de Proteção Integral, para a preservação da natureza em “seu estado intocado”, e Unidades de Uso Sustentável, que permitem a exploração sustentável dos recursos naturais.

Segundo Velásquez (2006), a criação das unidades de conservação e a atuação dos movimentos sociais tiveram um impacto positivo significativo na Terra do Meio, com conseqüente diminuição de invasão nas áreas de ocupação. Outro fator que representou e representa uma barreira fundamental contra o avanço do desmatamento na região é o *cinturão* de terras indígenas ali existente.

Sob o ponto de vista antropológico, a barreira contra o desmatamento provocada pelas terras indígenas seria um resultado das organizações desses povos, funcionando como uma entidade política com capacidade de mobilização local e com meios legais para estabelecer controle efetivo sobre a terra (LITTLE, 2002). Essa constatação corrobora a manutenção de populações tradicionais dentro do mosaico, como é o caso das RESEX.

Entende-se Reserva Extrativista como:

Uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (SNUC – LEI Nº 9.985, de 18 de Julho de 2000, Art. 18º, p. 7).

DE QUEM SE FALA?

Historicamente, as populações tradicionais amazônicas, indígenas e não indígenas, contribuíram e contribuem tanto para a conservação quanto para a destruição da floresta.

Entende-se por populações tradicionais os grupos que, reconhecendo-se como culturalmente diferenciados, possuem formas de organização social específicas, usam e ocupam territórios e recursos

naturais como esteio de sua reprodução social, econômica, cultural e ancestral, além de transmitir seus conhecimentos, suas práticas e valores pela oralidade e pela tradição. (Decreto n.º. 6040, de 07 de fevereiro de 2007).

Para Whitaker, 2002:

A cultura contém o manejo adequado do ecossistema no qual se formou. Os povos que vivem em equilíbrio ecológico não destroem a natureza: sabem que precisam dela para sobreviver. Já os grupos urbanos, ditos civilizados, vivem em um sistema que faz crescer a entropia nos mais distantes ecossistemas e quando os têm destruídos, voltam-se para outros mais distantes, numa ação predatória veloz, voraz e, muitas vezes, inexorável... Pagam também o seu preço em poluição, estresse e violência urbana. Afinal tudo se relaciona. (p.85)

Além disso, a existência de biodiversidade pode estar ligada às formas distintas de apropriação e proteção da natureza por diferentes grupos sociais ao longo dos tempos, como indicam estudos etnocientíficos e arqueológicos (LITTLE, 2002). Dessa maneira, a paisagem *natural* conhecida hoje seria resultado de uma longa coevolução entre o meio e as antigas populações, justificando a importância da presença das mesmas em suas *homelands*² para a manutenção da biodiversidade.

No processo histórico da luta pelo surgimento da categoria Reserva Extrativista, os seringueiros compararam o seu modo de vida ao de grupos indígenas da Amazônia (MOREIRA, 1998). De fato, no plano fundiário, os grupos extrativistas da Amazônia são marcados pelos regimes de propriedade comum, ou seja,

A apropriação familiar e social dos recursos naturais, onde as ‘colocações’ são exploradas por famílias, os recursos de caça e pesca são tratados na esfera coletiva e a coleta dos recursos destinados ao mercado é feita segundo normas de usufruto coletivamente estabelecidas. (LITTLE, op. cit, p. 9, grifos do autor.)

2 Seguindo o pensamento de LITTLE (2002) define-se aqui *homeland* como lugar pelo qual as populações desenvolveram sentimento de pertencimento como vínculos simbólicos, sociais e rituais.

Assim, existe um controle local sobre os recursos naturais (BEGOSSI, 2002), o qual só funciona se houver a garantia de um mínimo de disputa sobre esses recursos, a capacidade de distribuí-los aos membros da comunidade, a adaptabilidade a mudanças e acomodação a choques e perturbações (resiliência).

Esse sistema de propriedade comum pôde ser notado entre a população ribeirinha que habita as RESEXs Riozinho do Anfrísio e Rio Iriri – mais fortemente relacionado à exploração dos seringais e castanhais –, abalado por conflitos internos e pressões externas em vários momentos.

A população é descendente, em sua maioria, de migrantes nordestinos que trabalhavam para seringalistas. Muitos são “caboclos”, resultantes da miscigenação com índios das terras indígenas vizinhas Xipaya e Kuruaya.

Logo no início da década de 1980, com a queda do preço e do interesse pela borracha, vários moradores migraram para as cidades, à procura de empregos e melhores condições de vida. A partir do meio dessa década, o garimpo tornou-se, então, a fonte de renda mais importante para a região.

Na década de 1990, começou a entrada de madeireiros interessados especialmente no mapeamento do mogno. Alguns moradores foram contratados para investigar a existência dessa madeira e outros foram consultados e contratados para a construção de estradas e pistas de pouso. A exploração de madeira e a grilagem de terras tomaram vulto a partir de 2000. Principalmente no ano de 2002, quando propostas de compra de terras foram efetivadas e moradores dos dois rios trabalharam junto com diferentes grileiros, causando uma maior desestruturação dos mecanismos tradicionais de controle e de uso coletivo da terra, entre outros conflitos.

AS RESEX RIOZINHO DO ANFRÍSIO E DO RIO IRIRI

Com a criação das RESEXs Riozinho do Anfrísio e Rio Iriri houve a expulsão da maioria dos grileiros, fazendeiros, garimpeiros e regatões. À população tradicional residente na área foi afiançada a *Concessão*

*Direito Real de Uso da Terra*³, e a responsabilidade pelo gerenciamento do território, em conjunto com o órgão governamental responsável, abrindo oportunidades para o restabelecimento dos regimes de propriedade comum.

Todavia, um contingente de fatores ainda colabora para que permaneçam várias zonas de conflito na área das RESEX, como as pressões recorrentes daqueles que se sentiram prejudicados com a proteção dessa região e a pouca compreensão por parte de um grande número de ribeirinhos sobre o significado de pertencimento a uma RESEX.

Para Chamy (in SIQUEIRA, 2006), em países com os níveis de desigualdade social como o Brasil, as RESEX podem representar uma alternativa *menos burocrática, morosa e arriscada para o equilíbrio entre os direitos consuetudinários e durabilidade no aproveitamento dos recursos naturais*, além de minimizar os conflitos fundiários.

Isto posto, para a consolidação das RESEX, são indispensáveis ações que visem à elaboração e à implementação de um Plano de Manejo⁴ que responda às demandas da comunidade local, além da formação de um Conselho Deliberativo⁵ que busque compreender e integrar os diferentes atores sociais atuantes na região, com seus distintos interesses, usando as particularidades históricas, culturais e os conflitos sociais como uma oportunidade de refletir e referendar novos princípios e estratégias para os caminhos da gestão da área (VELÁSQUEZ et al, 2006).

PASSO A PASSO NA GARANTIA DE DIREITOS

Um dos passos para a elaboração do Plano de Manejo é a realização de um diagnóstico sócio-econômico. Como prevê o próprio

3 Concessão Direito Real de Uso (Decreto-Lei Nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, artigo 7º), define-se como sendo o "contrato solene, pelo qual se transfere, a título de direito real, o usufruto temporário, por prazo certo ou indeterminado, de terreno público ou particular, para fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra ou outra utilização de interesse social".

4 Plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. (SNUC, op. cit., p. 2)

5 O Conselho Deliberativo é o órgão responsável por gerir a UC, presidido pelo ICMBio e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área.

SNUC, a participação dos comunitários nesse processo é condição fundamental para que os objetivos sejam alcançados de forma satisfatória. Conforme afirmam Medeiros e Garay (2006),

O SNUC, possivelmente por ser o mais recente de todos os instrumentos legais e fruto de um amplo debate e negociação com a sociedade, é o único que prevê ferramentas para garantir a participação social tanto no processo de criação quanto de gestão de áreas protegidas. Ele garante formalmente a gestão participativa das unidades de conservação por meio dos conselhos de gestão, onde a sociedade se faz representada, e mediante audiências públicas, que proporcionam uma interferência direta da sociedade no processo decisório de criação ou não de uma nova UC (p.176).

Existem muitas metodologias participativas sendo utilizadas, atualmente, junto a moradores de áreas de proteção. No processo de consolidação das RESEX do Riozinho e do Iriri, lançou-se mão de várias dessas estratégias e, com base no diagnóstico sócio-econômico, escolheu-se a *Educação Popular* como teoria do conhecimento a dar suporte para todas as ações.

A Educação Popular tem como premissas centrais o diálogo e a participação, pautadas em relações democráticas e de construção conjunta de saberes. De acordo com Torrado (1991, p.50), citando P. Demo, *cuidar para que haja democracia é tão importante quanto superar a pobreza material, e aperfeiçoar as possibilidades da democracia é algo tão central como o sobreviver.*

Essa teoria se pauta sempre em dois alicerces: o da *denúncia* e o do *anúncio*, ou seja, aprofundar-se na realidade social que conforma uma dada comunidade, problematizar essa realidade e, a partir de tal problematização, descobrir, com a população local, formas de superação dos problemas diagnosticados.

Para Labelle (2007)⁶, a Educação Popular:

É o processo em que o educador parte de onde a pessoa está, caminha com ela, na organização, na conscientização e na politização, que são três elementos da construção do sujeito. O objetivo de quem trabalha com este método é o sujeito consciente de sua história, de si mesmo.

6. Trecho da entrevista “O método Paulo Freire e a construção do sujeito consciente de sua história”, de 17/09/2007, com Iza Labelle.

Dessa forma, os dados levantados no diagnóstico sócio-econômico serviram como ponto de partida para o trabalho da equipe e permitiram uma ampla visão do contexto social, econômico e cultural da região. Constataram-se problemas muito sérios relacionados principalmente à violação de direitos humanos básicos, tais como o acesso extremamente deficitário à saúde, a ausência de documentação para grande parte da população e os altos índices de analfabetismo: 82% na RESEX do Riozinho do Anfrísio e 80% na RESEX do Rio Iriri.

Se, por um lado, essas pessoas vivem em um ambiente privilegiado de preservação da natureza e possuem um conhecimento tradicional acerca dele, que lhes confere uma identidade, por outro, enfrentam graves situações de isolamento e de exclusão social:

A persistência do analfabetismo é um dos indicadores mais significativos da desigualdade política, socioeconômica e cultural, limitando o valor essencial da dignidade humana. A presença de analfabetismo se associa sempre a situações de subdesenvolvimento, marginação ou isolamento. [...] A geografia do analfabetismo vem a coincidir quase exatamente com a da pobreza, com escassas exceções (TORRADO, 1991, p. 51).

Muito embora estivesse presente a compreensão de que o trabalho a ser desenvolvido tinha objetivos bastante delimitados e que seu alcance não poderia atingir a metas tão abrangentes como solucionar problemas de isolamento, exclusão, analfabetismo, entre vários outros, buscou-se mecanismos que pudessem caminhar no sentido do maior empoderamento da comunidade. E, por conseguinte, contribuir para um processo de emancipação comunitária e inclusão social.

Assim, uma vez que um dos principais objetivos da consultoria era a formação de conselheiros locais que tivessem uma visão mais ampla sobre a realidade em que se inserem e pudessem atuar de uma maneira mais protagonista na condução de seus destinos, considerou-se que o trabalho de campo poderia ser desenvolvido conjuntamente com um processo inicial de alfabetização de adultos, apoiado na metodologia freiriana. O fato de tanto a Educação Popular como as propostas de gestão ambiental conduzirem a processos participativos indicava possibilidades muito profícuas de desenvolvimento comunitário.

SUBINDO O RIO E APROXIMANDO DA POPULAÇÃO RIBEIRINHA

Para a realização do trabalho nas RESEX, foi necessária a organização de uma infraestrutura bastante minuciosa. A equipe de consultoria partiu da sede do município de Altamira no final de fevereiro de 2007 e para o transporte até as reservas foram utilizados dois barcos⁷. Na parte superior de um deles, foi montado um escritório equipado com laptops, impressora, material bibliográfico e de papelaria, o qual serviu para o planejamento final das ações a serem desenvolvidas com as comunidades durante os cinco dias de subida do rio.

O cronograma final de trabalho foi definido após muitos diálogos e reflexões com os ribeirinhos, que escolheram quatro localidades em cada RESEX, mais ou menos equidistantes, para que a população residente na extensão dos rios pudesse ser atendida como um todo. Também foram levados em conta aspectos relacionados à duração dos encontros, à continuidade das atividades produtivas (roça, caça, pesca e extrativismo) e à manutenção do convívio familiar.

Buscando adequar-se a esse modelo, a equipe subdividiu-se em quatro duplas que, durante cerca de vinte dias em cada reserva, responsabilizou-se por realizar encontros de alfabetização diários (com aproximadamente três horas de duração), mapeamento produtivo das famílias, validação dos dados sócio-econômicos, além de vivenciar organicamente as atividades cotidianas.

Durante os vinte dias em cada RESEX, as duplas hospedaram-se nas casas dos ribeirinhos, dormindo em redes armadas nas casas onde eram realizados os encontros de alfabetização. A vivência junto à comunidade foi muito intensa e nesse período foi possível perceber de perto como é a realidade vivida pelas pessoas da região. A rotina diária de acordar, tomar café da manhã, escovar os dentes, tomar banho no rio, ir para a roça, presenciar caçadas, pescar, andar na mata para coletar alimento, sentar em roda no quintal para ouvir histórias e lendas da

7 Um com capacidade de aproximadamente 8 toneladas serviu para levar o combustível utilizado durante todo o período de trabalho e outro com capacidade para aproximadamente 15 toneladas foi destinado para transportar todo o alimento a ser consumido e acomodar a equipe durante os deslocamentos. Foram também levadas duas voadeiras – embarcação com casco de fibra ou alumínio com moto-propulsor de popa – para os deslocamentos internos mais rápidos.

região, preparar as refeições, entre outras atividades, foi compartilhada sistematicamente com os moradores.

As salas das casas, as varandas externas, os terreiros sob as árvores, entre outros espaços, transformaram-se em “salas de aula” para os encontros de alfabetização. As mesas e cadeiras eram improvisadas com tábuas e troncos, sendo que, muitas vezes, o chão fazia as vezes dos móveis. As lousas foram trazidas da cidade ou igualmente improvisadas com tábuas e cordas.

LEITURA DO MUNDO, LEITURA DA PALAVRA

A fase da formação de conselheiros, então, foi desenvolvida perseguindo dois focos distintos: o primeiro dizia respeito aos produtos que deveriam ser entregues ao ICMBio como resultado do trabalho (cadastro dos moradores das RESEXs, relatório final do diagnóstico sócio-econômico; cartilha ilustrada com esses conteúdos, entre outros); e o segundo relacionava-se à metodologia de trabalho a ser adotada.

Muitas reuniões de planejamento foram realizadas buscando garantir a riqueza que uma equipe multidisciplinar poderia conferir ao trabalho. Nessa linha, Whitaker e Fiamengue (2002) sustentam que, atualmente, novos paradigmas científicos estão sendo propostos, exigindo um olhar *poliocular*, conceito aprofundado por Edgar Morin, ao afirmar:

O que me interessa não é uma síntese, mas uma visão transdisciplinar, um pensamento que se irrompa nas fronteiras entre as disciplinas (...) Tudo o que é humano é ao mesmo tempo sociológico, econômico, histórico, demográfico. É importante que esses aspectos não sejam separados, mas concorram para uma visão poliocular. (MORIN, In: WHITAKER, op.cit., p. 21).

A referida visão poliocular foi conferida através de conversas, discussões, reflexões, imersões, idas e vindas, buscando uma melhor compreensão sobre os preceitos teóricos básicos da Educação Popular e aprofundando os conhecimentos sobre a metodologia de alfabetização de adultos proposta por Paulo Freire. Optou-se por trabalhar com adultos, pois, como afirma Torrado (1991):

A partir do trabalho educativo com os adultos se cria e se consolida um processo de autonomia crescente dos que participam dele. Toda pessoa

adulta, pela força de sua experiência vivida, é portadora de uma cultura que a permite ser, ao mesmo tempo, de alguma maneira, educador e aprendiz. Todas as formas de organização criadas pelos adultos para a solução de seus problemas cotidianos são partes integrantes do processo educativo em que participam. (p. 29).

O *método*⁸ Paulo Freire parte, inicialmente, da *investigação temática*, ou seja, da investigação do universo vocabular e do estudo dos modos de vida da região onde se pretende atuar.

Num segundo momento dá-se a seleção dos temas geradores e das palavras geradoras. O *tema gerador principal* que moveu a equipe de profissionais foi a *Formação do Conselho Deliberativo*, no qual estavam implicadas discussões sobre sustentabilidade, produção, comercialização, territorialidade, valores e pertencimento.

Por um lado havia reuniões e acompanhamentos constantes dos profissionais nas tarefas cotidianas dos ribeirinhos, buscando validar os dados do diagnóstico sócio-econômico e elucidar questões relacionadas ao significado do Conselho Deliberativo, ao papel e compromisso dos conselheiros, ao objetivo e funcionamento da RESEX, entre outras questões prementes.

Por outro, os encontros de alfabetização contribuía para que as pessoas pudessem compreender melhor o valor de sua cultura tradicional, o significado de pertencimento a uma RESEX, a importância da participação em instâncias decisórias como a associação de moradores e o Conselho Deliberativo, enfim, para que pudessem melhor compreender a realidade em que vivem, historicamente construída, a fim de poder nela intervir criticamente.

As palavras geradoras foram escolhidas a partir de interações sociais, que remetiam à organização social (família, comunidade); às práticas de subsistência e renda (coleta, caça, roça, pesca); às formas de comercialização (regatão, caro, barato); aos recursos naturais (babaçu,

8 Apesar de o autor não concordar com a utilização do termo “Método Paulo Freire”, a terminologia foi difundida e utilizada largamente na alfabetização e educação de adultos. Isso se demonstra em entrevista concedida a Sônia Couto: *Eu preferia dizer que não tenho método. O que eu tinha, quando muito jovem, há 30 anos ou 40 anos, não importa o tempo, era a curiosidade de um lado e o compromisso político do outro, em face dos renegados, dos negados, dos proibidos de ler a palavra, relendo o mundo. O que eu tentei fazer e continuo hoje foi ter uma compreensão que eu chamaria de crítica ou de dialética da prática educativa, dentro da qual, necessariamente, há uma certa metodologia, um certo método, que eu prefiro dizer que é método de conhecer e não um método de ensinar* (Couto, 2002).

copaíba, castanha); aos riscos à floresta (fumaça, lixo); aos papéis sociais (homem, mulher) e às instâncias decisórias (associação, conselho, voto)⁹, entre outras.

Para cada palavra geradora era feita uma ilustração, que, por sua vez, suscitava novos debates. Esses desenhos, sempre ligados ao tema, têm como objetivo a “codificação”, ou seja, a representação de um aspecto da realidade, de uma situação existencial construída pelos educandos em interação com seus elementos.

Depois disso, as palavras são separadas por sílabas, o que, de acordo com (LABELLE, 2007), é essencial para o trabalho com adultos, uma vez que ele passa a compreender a construção da palavra e as formas de compô-las e recompô-las. Dessa maneira, a pessoa não alfabetizada tem a possibilidade de lidar com signos e símbolos, que se relacionam com a realidade que irá decompor e recompor.

O terceiro momento do método diz respeito à problematização, ou seja, a busca da superação da *consciência* ingênua por uma *consciência* crítica, capaz de transformar o contexto vivido. A problematização mencionada toma como fundamento questões ao mesmo tempo existenciais (relacionadas à vida das pessoas) e políticas (relacionadas aos determinantes sociais dessas condições de vida), com vistas a uma transformação social:

A transformação não seria senão a objetivação do homem que, em contato com o mundo e em interação com outros homens, vai exigindo melhor consciência daquilo que ele é, daquilo que tem que ser. Não que seja mais. É que se conhece melhor e por isso pode ser mais. E de maneira semelhante vai depurando, desmistificando, secularizando (BETES & SARRIES, 1974, in VASCONCELOS, 2002, p.36).

9 A partir da “leitura de mundo” dos participantes, de onde são definidas “palavras geradoras” que servirão de base para o processo de alfabetização. Essas palavras são codificadas e decodificadas em função da compreensão que os educandos têm das mesmas, buscando um aprofundando do conhecimento sobre a realidade em que estão inseridos. No próximo passo, tais palavras são separadas em sílabas, com as quais serão construídas outras palavras num “continuum” entre reflexão e aprendizado de novos símbolos.

COMPARTILHANDO SIGNIFICADOS

Para Paulo Freire, educar é encharcar de significado cada ato cotidiano. Os significados compartilhados por conta da escolha da Educação Popular como teoria do conhecimento a iluminar o trabalho aqui exposto proporcionaram um rico aprendizado mútuo, tanto entre os ribeirinhos como entre os profissionais responsáveis pela condução das atividades.

Um primeiro ponto relevante é que, ao dar-se início a um processo de alfabetização de adultos, paralelo às outras ações da equipe, foi atendida uma demanda histórica da população ribeirinha. Aprender a ler e escrever, como vários moradores da região afirmaram, significa “ser alguém”; portanto, essa aprendizagem poderia contribuir em muito para seu processo de reconhecimento como sujeito. Outros se referiram ao analfabetismo como uma “cegueira”:

“Agora a gente começa a enxergar. Já pensou se alguém lá na cidade fala pra gente ficar embaixo de uma faixa que ninguém sabe o que está escrito e está escrito ‘você vão todos morrer hoje?!’” (Manoel, morador da RESEX Riozinho do Anfrísio).

Muito embora esse processo tenha sido desenvolvido em um curto período de tempo e não tenha, efetivamente, solucionado o problema do analfabetismo na região, considera-se que um importante avanço tenha sido dado em direção à luta por garantia de direitos. A quase totalidade dos adultos das RESEX se inseriu em um processo democrático de educação progressista, calcado na realidade local, aprofundando a compreensão sobre suas formas de viver, produzir, criar e, mais ainda, reivindicar. Como afirma Freire (1982):

Mais que escrever e ler [...] os alfabetizados necessitam perceber a necessidade de um outro aprendizado: o de “escrever” a sua vida e o de “ler” a sua realidade, o que não será possível se não tomam a história nas mãos para, fazendo-a, por ela serem feitos e refeitos (p.16).

Quando confrontados com autoridades da área de Educação, já na fase de formação de conselheiros, na sede do município de Altamira, os moradores das RESEXs mostraram atitudes bastante assertivas e críticas. Os encaminhamentos futuros para o processo iniciado foram um dos focos de discussão e reflexão durante tal etapa do trabalho, já que essa é

uma reflexão que necessita de muito aprofundamento e reflexões coletivas para que se evite a invasão do modelo escolar urbanocêntrico, como adverte Whitaker (op.cit).

Outro aspecto do trabalho facilitado pela metodologia empregada foi o do fortalecimento da participação democrática:

As pessoas não podem ser desenvolvidas; somente elas podem desenvolver a si mesmas. [...] Um homem se desenvolve a si mesmo pelo que faz; se desenvolve tomando suas próprias decisões, aumentando sua compreensão do que faz e das razões para fazê-lo; se desenvolve incrementando seus conhecimentos e habilidades, e por sua plena participação, em pé de igualdade, na vida da comunidade à qual pertence (BORDENAVE, 1978, in VASCONCELOS, op.cit., p.44).

A participação e a implicação das pessoas acabaram por engendrar processos de descentralização do poder, uma vez que ribeirinhos e ribeirinhas, não acostumados a assumir postos decisórios em suas comunidades, passaram a compor os conselhos e a ter uma participação política mais efetiva.

A valorização da cultura tradicional também foi uma questão bastante salientada, o que significa implicação das pessoas e outorga qualidade e sentido à sua ação.

Diante de afirmações como “*eu não sei nada (...) quero aprender a ler e escrever para saber alguma coisa*”, eram incentivados debates sobre a importância do conhecimento acerca da floresta e demais conhecimentos tradicionais para a sobrevivência no ambiente onde estão, além da ancestralidade desses saberes, transmitidos pela oralidade e assentados fortemente nas relações familiares. Ademais, atentou-se ao fato de que esse conhecimento é tão essencial para viver na mata quanto saber ler e escrever é importante no meio urbano e que, se os adultos ali residentes não haviam tido a oportunidade de aprender a ler e escrever, isso representava uma grave negação de direitos.

Foram utilizados, como material didático, os relatórios parciais dos diagnósticos sócio-econômicos, as cartilhas, cantigas regionais e poemas escritos por moradores.

Outra questão que mereceu atenção é que, em função das várias estratégias utilizadas para a formação de conselheiros, ribeirinhos e ribeirinhas de diversas localidades das RESEXs puderam alcançar uma

melhor compreensão sobre o significado de *pertencimento a uma RESEX* e as *funções do associativismo e do Conselho Deliberativo*. Foram realizados *role-playings*, dinâmicas, rodas de conversa, debates, entre tantas outras atividades que buscavam clarificar conceitos e dirimir dúvidas.

Como ressalta Labelle (2007), a *consciência* crítica leva à politização, que leva à organização social, necessárias para o funcionamento do conselho e para um processo de cogestão. O processo de organização social requer, em primeiro lugar, que as pessoas se reconheçam como sujeitos que pensam, que têm direitos e deveres e, a partir daí, podem dizer o que pensam e contestar o que não concordam. É preciso também que se reconheçam como agentes de sua própria história e entendam que fizeram e podem fazer escolhas para mudá-la. Que se reconheçam como pertencentes a um modo de vida e a um ambiente importantes para serem respeitados, valorizados e preservados. Isso se torna claro em algumas falas: “*Massa é massa de mandioca (...) o povo é a comunidade*” (Manoel, morador da região).

O início do processo de alfabetização de adultos proporcionou também um diálogo fecundo entre os saberes tradicionais e os diferentes saberes acadêmicos. O que pode ser percebido nas palavras da autora, logo a seguir:

O elemento popular “sente”, mas nem sempre compreende ou sabe: o elemento intelectual “sabe”, mas nem sempre compreende ou sobretudo “sente” [...] o erro do intelectual consiste em crer que ele pode saber sem compreender e, sobretudo, sem sentir e sem se apaixonar (não somente pelo saber, mas pelo objeto do saber). [...] não se pode conseguir fazer política e história sem essa paixão, ou seja, sem essa conexão sentimental entre os intelectuais e o povo-nação (MANFREDI, 1984, in VASCONCELOS, op.cit, p.47).

Além disso, o fato de ter a Educação Popular como base para as atividades desenvolvidas proporcionou uma complementaridade de propostas, já que, a todo o momento, o contexto e as realidades locais serviam como substrato para o planejamento de novas ações, guiadas constantemente por uma visão *poliocular*. Dessa forma, ainda em consonância com os propósitos da Educação Popular, a equipe de profissionais aprendeu ao ensinar; formou-se ao formar e,

principalmente, ao contribuir para a emancipação, emancipou-se igualmente.

CONCLUSÕES

Apesar de a todo o momento ser reforçado que o objetivo do trabalho não era o da *alfabetização*, mas o do esclarecimento acerca de que a leitura e a escrita eram conhecimentos que poderiam ser compartilhados, assim como eles estavam compartilhando seus saberes tradicionais, o que se conclui é que a Educação Popular e a alfabetização de adultos possibilitaram uma relação horizontal em que uns e outros se beneficiaram, sem instrumentalizar o processo educativo, mas implicando-se e comprometendo-se com ele.

A metodologia utilizada mostrou-se muito apropriada nas ações com populações ribeirinhas, mesmo considerando que a iniciativa de que foi objeto o presente trabalho tenha sido pontual e não tenha modificado significativamente os índices sócio-econômicos. Pode-se afirmar, todavia, que foi criado um processo de autonomia crescente daqueles que participaram do trabalho; faz-se necessário, contudo, que outras iniciativas fortaleçam as políticas públicas no sentido de consolidar tais resultados.

O processo de formação de conselheiros, tendo como princípios o diálogo e a participação comunitária, favoreceu processos de valorização da cultural tradicional, de resgate da autoestima e de superação de concepções ingênuas sobre a realidade para uma consciência mais crítica e protagonista.

A exclusão social não se define somente em termos econômicos. Quando os sujeitos não são ouvidos, quando não lhes é dada a oportunidade de expressar seus desejos e anseios, quando lhes são negados direitos fundamentais, estão, igualmente, alijados e impedidos de se reconhecerem como sujeitos. Se, ademais, essas pessoas fazem parte de grupos tradicionais, que vivem em contextos isolados e de difícil acesso, sua exclusão fica ainda mais facilitada por parte do sistema que as oprime.

Por outro lado, quando essas mesmas pessoas – que possuem formas de vida tradicionais e saberes essenciais para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral – vivenciam práticas dialógicas, pautadas em seu cotidiano e baseadas no respeito mútuo, na valorização

e no compartilhamento de saberes, na busca contínua por formas mais dignas e humanas de viver, seguramente esses caminhos conduzem também à inclusão social, que se expressa, principalmente, na garantia de que seus direitos humanos, básicos e universais se concretizem.

BIBLIOGRAFIA

BEGOSSI, A.; HANAZAKI, N.; SILVANO, R. A. M. Ecologia Humana, Etnoecologia e Conservação. In: AMOROZO, M. C. de M.; MING, L.C.; da SILVA, S. P. (Ed.) *Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas*. Rio Claro, São Paulo: Unesp/CNPq, 2002. p. 93 – 128.

COUTO, S. O método Paulo Freire. In: GADOTTI M.; GÓMEZ M.; FREIRE L. (Comp.). *Lecciones de Paulo Freire cruzando fronteras: experiencias que se completan. Las publicaciones del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*. Colima, México: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2003-2004, 1 CD – Rom.

FREIRE, P. *Educação como Prática da Liberdade*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 150 p.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 107p.

FREIRE, P. *Conscientização – teoria e prática da libertação*. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980. 102 p.

FREIRE, P. *Ação Cultural para a Liberdade*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 120 p.

FRANCHI, E.P. *Pedagogia da Alfabetização*. 2. ed., São Paulo: Cortez, 1986. 359 p.

GONÇALVES, C. W. P. O desafio ambiental. In: SADER, E. (Org.) *Os porquês da desordem mundial*. Mestres explicam a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2004. 179 p.

GREENPEACE. *Estado de conflito. Uma investigação sobre grileiros, madeireiros e fronteiras sem lei do estado do Pará, na Amazônia*. s/d. 59 p.

LEI FEDERAL N. 9.985, de 18 de julho de 2000 (SNUC). *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Seção 1, p. 01– 06.

LITTLE, P. E. *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília: Departamento de Antropologia do Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2002. 32 p.

MEDEIROS, R.; GARAY, I. Singularidades do Sistema de Áreas Protegidas para a Conservação e Uso da Biodiversidade Brasileira. In: GARAY, I. (Org.) *Dimensões Humanas da Biodiversidade*. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 169 – 184.

MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DA COORDENAÇÃO DOS ORGANISMOS REGIONAIS – M ECOR. Decreto-Lei n. 271, de 28 de fevereiro de 1967. *DOFC*, Brasília, DF, 28 fev. 1967, p. 2460.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Diretoria de Desenvolvimento Sócio-ambiental – DISAM; Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável – CNPT. *Lauda biológico*. Proposta – Reserva Extrativista do Rio Iriri / PA. Brasília, abril de 2006.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF*, 08 fev. 2007, p. 316.

MOREIRA, A. de C. C. *Reserva Extrativista do bairro Mandira (Cananeia, São Paulo): a viabilidade de uma incerteza*. 1998. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental (PROCAM)) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

SALAZAR, M.; NEVES, L.; REIS, A.; SANTOS, R.; STRAATMANN, J.; TIerno C.; VASCONCELOS, V. *Relatório parcial da formação do Conselho Deliberativo da RESEX do Riozinho do Anfrísio*. Altamira: IBAMA, 2007. 135p.

SALAZAR, M.; NEVES, L.; REIS, A.; SANTOS, R.; STRAATMANN, J.; TIerno C.; VASCONCELOS, V. *Relatório parcial da formação do Conselho Deliberativo da RESEX do Rio Iriri*. Altamira: IBAMA, 2007. 141 p.

CHAMY, P. Reservas Extrativistas Marinhas como instrumento de reconhecimento de direito consuetudinário de pescadores artesanais brasileiros sobre territórios de uso comum. In: Congresso Bienal de la Asociacion Internacional para el Estudio de la Propiedad Colectiva (IASCP) 10, 2004, Oxaca: Mexico: Instituto de Investigaciones Sociales de la Universidad Nacional Autonoma de Mexico **apud** SIQUEIRA, A. M. *Quem são os extrativistas? Perfil dos pescadores e da atividade pesqueira na Reserva Extrativista Marinha de Corumbau – BA*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.

TORRADO, S.S. *Educación de Adultos y calidad de vida*. Barcelona: El Roure Editorial, 1991, 125 p.

VASCONCELOS, V.O. *Bebendo em uma fonte de água fresca: caminhos para a formação de agentes comunitários de lazer*. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.

VELÁSQUEZ, C.; BOAS, A. V.; SCHWARTZMAN, S. Desafio para a gestão ambiental integrada em território de fronteira agrícola no oeste do Pará. *RAP*, Rio de Janeiro, 40(6), p. 1061 – 1075, 2006.

WEYH, C. B. Faces (novas) da Educação Popular no contexto brasileiro atual: a construção do poder popular pela participação. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 28, 2005, Caxambu. *Anais...* Associação Brasileira de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 1 CD-Rom.

WHITAKER, D.C. A. e BEZZON, L. C. *A Cultura e o Ecossistema: reflexões a partir de um diálogo*. Campinas, São Paulo: Alínea, 2006.

WHITAKER, Dulce C.A. e FIAMENGUE, Elis C. Ciência e Ideologia: as armadilhas do preconceito. In: WHITAKER, D. *Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes*. Presidente Wenceslau, São Paulo: Letras à Margem, 2002 (pp. 19-32).